

A dimensão regional na formação da vida cultural no Meio Norte

Alberto Pedrosa Dantas Filho

Universidade Federal do Maranhão | Orcid: 0000-0001-7315-4754

Resumo

Pesquisa sobre as bases econômicas, sociais e culturais comuns entre os atuais estados do Maranhão e do Piauí e as demandas infraestruturais envolvidas na formação de vida cidadina. É feita segmentação historiográfica em dois períodos respeitantes à fase luso-americana e à anexação do território piauiense ao Maranhão. Propõe-se como base epistemológica a segmentação histórica e qualitativa em quatro períodos. Estabelecimento de componentes históricas relativas à anexação do território do Piauí ao Maranhão, formação da economia agroexportadora do gado, processo de migração, formação das cidades ribeiras e o papel exercido pelos rios da sub-região Meio Norte na dinâmica de circularidades entre os municípios com reflexos na formação da vida musical. Conclui-se que o processo histórico do Meio Norte repercute na atualidade musical dos dois estados.

Palavras-chave: Meio Norte; territorialização; subsistência; agroexportação; vida cultural; atividade musical.

The regional dimension in the formation of cultural life in the northern

Abstract

Research on the economic, social and cultural basis common to the current states of Maranhão and Piauí and the infrastructure demands involved in the formation of city life. Historiographic segmentation is carried out in two periods concerning the Luso-American phase and the annexation of Piauí's territory to Maranhão. The historical and qualitative segmentation in four periods is proposed as an epistemological basis. Establishment of historical components related to the annexation of the territory of Piauí to Maranhão, formation of the agro-export economy of cattle, migration process, formation of riverside cities and the role played by rivers in the *Meio Norte* (middle-north) sub-region in the dynamics of circularities between the municipalities with reflexes in the formation of musical life. It is concluded that the historical process of the *Meio Norte* has repercussions on the musical current of the two states.

Keywords: Meio Norte; territorialization; subsistence; agro-export; cultural life; musical activity.

La dimensión regional en la formación de la vida cultural en el Medio Norte

Resumen

Investigación sobre las bases económicas, sociales y culturales comunes entre los estados de Maranhão y Piauí y las demandas de infraestructura involucradas en la formación de la vida de la ciudad. La segmentación historiográfica se lleva a cabo en dos períodos relacionados con la fase luso-americana y la anexión del territorio de Piauí a Maranhão. La segmentación histórica y cualitativa en cuatro períodos se propone como base epistemológica. Establecimiento de componentes históricos relacionados con la anexión del territorio de Piauí a Maranhão, la formación de la economía agroexportadora de ganado, el proceso de migración, la formación de ciudades ribereñas y el papel que juegan los ríos en la subregión del Medio Norte en la dinámica de circularidades entre los municipios con reflejos. en la formación de la vida musical. Se concluye que el proceso histórico del Medio Norte tiene repercusiones en la actualidad musical de los dos estados.

Palabras clave: Medio Norte; territorialización subsistencia; agroexportación; vida cultural; actividad musical.

Recebido: 2020-07-02 | Aprovado: 2020-07-20

Introdução

Com o objetivo de contribuir com os estudos musicológicos e históricos para o diálogo construtivo na compreensão de nossa música e o seu papel na formação da vida cultural brasileira, a partir da perspectiva regional, este trabalho pode ser considerado o resultado de antigas e novas preocupações advindas de um diálogo constante entre as universidades federais do Maranhão e do Piauí e, de maneira mais especial, pelo compartilhamento de preocupações e estudos do Grupo de Pesquisa em Musicologia da UFMA e do Núcleo de Musicologia da UFPI – NEMUS, aqui, consubstanciado nos resultados do trabalho desenvolvido no estágio pós-doutoral vinculado à linha de pesquisa em História, Cultura e Arte do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí. Acreditamos que este trabalho possa representar o início de uma importante cooperação entre campos de interesse científico que, apesar de partirem de perspectivas diferentes, encontram-se na finalidade da compreensão de nosso passado.

Por mais de vinte anos, São Luís e Teresina vêm compartilhando importante trabalho de prospecção, transcrições e análises do universo de documentos musicografados constantes na Coleção João Mohana do Arquivo Público do Estado do Maranhão, com duas teses doutorais defendidas há mais de uma década, e outras tantas mais recentes, com um corpus teórico-crítico razoável que remonta aos anos noventa. Essa primeira fase de pesquisas foi marcada por alguns condicionamentos de abordagem que hoje, à luz das novas frentes, com colaborações de várias outras disciplinas, constitui um quadro que nos desafia a buscar novas interpretações daquilo que compõe tanto o manancial da Coleção Mohana, como da disponibilidade, características das fontes, sua variedade, especificidades que nos levaram buscar e mesmo contribuir para a formação de uma rede de diálogos interdisciplinares e transdisciplinares sobre o assunto.

As aproximações sistemáticas entre os campos que atuam dentro das chamadas musicologias revelam, sobretudo, a necessidade de se buscar as ferramentas fundamentais para o concurso de uma renovação metodológica, assim, pensar em uma musicologia histórica que se afaste da narrativa empirista é, sem dúvida, buscar os fundamentos de uma discussão que já vem bem definida nos círculos historiográficos, geográficos, sociológicos, antropológicos etc.

Como proposta inicial achamos possível estabelecer um lugar comum entre as Ciências Musicais e as Ciências Históricas através daqueles instrumentos que estão na base da *práxis* científica destes dois campos. Podemos citar, para demonstrar essa verdadeira angústia que permaneceu praticamente todo o século XX, duas premissas fundamentais, uma partindo da história como ciência fundadora e outra da musicologia histórica (assim definida desde os seus primeiros dias), seus limites e relações: uma taxonomia das fontes, seu correspondente método especulativo e as balizas propositivas e interpretativas do tempo e sua compreensão.

A sub-região Meio Norte, como objeto da pesquisa, apresenta-se como lugar de vestígios que, ao nível teórico, a dinâmica histórica entre o Maranhão e o Piauí aqui tomada como contribuição para uma exegese que se fundamenta na busca da compreensão de espaços comuns pelos testemunhos do compartilhamento de interações socioculturais, revelando um itinerário, reflexo abstrato dos movimentos das populações que se estabeleceram nos dois estados, em constante intercâmbio entre os rios Itapecuru, Munim e Parnaíba. Estes

condicionantes que, ao ditar o trajeto da cultura do gado ao sul, testemunhavam outros fenômenos baseados no processo de colonização ao norte, na consolidação de uma interessante rede que tinha como polo de maior abrangência as cidades de São Luís, Parnaíba, Oeiras e Teresina. O Piauí, de “terra de passagem”, pelas “beiras” passa, aos poucos, a ter um papel substantivo no desenvolvimento sub-regional que espelha uma vida cultural atrelada ao seu passado ontogenicamente ligado ao Maranhão. A nova frente de exploração da terra e suas peculiaridades trouxeram novas formas de consolidação da vida cultural para a sociedade, levando a termo novas demandas condicionadas, sobretudo, pela distância entre os polos deste imenso território.

São claras as visões diferenciadas entre a especulação histórica da música e a especulação musicológica, ainda mais quando tratamos da questão temporal e a sua relação com a diversidade de objetos estudados. Em Bauman encontramos um caminho para a compreensão do papel do tempo nas relações contemporâneas entre os poderes globais e as identidades locais. Vemos aqui o que talvez possa expressar a relação hegemônica entre as grandes narrativas globais, baseadas em uma base temporal de grande dimensão e as respostas mais ou menos “sólidas” de uma tradição local que, para se manter em pé, erige determinações estáveis expressas nos mais mezinhos atos cotidianos ou nos fundamentos das tradições locais. Chamamos atenção para o fato de tais assertivas dirigirem o olhar do historiador para aquelas relações já sugeridas pela *Nouvelle Histoire*, para uma hermenêutica da prática que envolve o trato cronológico e sua instabilidade. Tal posicionamento do filósofo polonês, aqui por motivos bem específicos, coloca-nos o entendimento da busca de uma abordagem histórica local ou regional tendo como princípio as bases para a compreensão do jogo de forças que atuam na dinâmica dos fatos históricos, a partir do reconhecimento do descompasso entre uma realidade local e uma dinâmica abstrata e global, ou, segundo Bauman, os nexos entre “a natureza historicamente mutável do tempo e do espaço e o padrão e a escala de organização social – e particularmente os efeitos da atual compressão tempo/espaço na estruturação das sociedades e comunidades planetárias e territoriais” (BAUMAN, 1999, p. 9).

Ao analisarmos o complexo processo de ocupação da sub-região Meio Norte que inclui todo o estado do Maranhão e a parte ocidental do estado do Piauí, vemos um movimento que, de forma sintética, expressa dinamicamente a construção do território, sua estabilização pela fixação das populações, o início da vida citadina marcadamente pelo surgimento das práticas culturais que conferiram significações à terra e a parte final do processo, caracterizado pelos fenômenos de circularidade cultural e a criação de uma rede de interações intermunicipais que, ao mesmo tempo, vão consolidando novas formas de trocas culturais.

No âmbito da musicologia histórica, a preocupação com a abordagem regional reveste-se de uma relevante questão em se desfazer a visão hegemônica de cariz germânico em uma história musical baseada no piano e no seccionamento temporal que privilegia o Barroco e o Classicismo-Romantismo. De fato, quando colocamos na mesa os estudos regionais, temos sempre uma impactante surpresa, isto porque as visões epistemológicas hegemônicas não conseguem descer ao tecido mais profundo da intriga histórica, pois as grandes sínteses não têm como função buscar uma compreensão detalhada, mas situar a discussão criando formas de referências funcionais que, se não complementadas com outras formas de estudos, não conseguem cumprir as suas metas.

Por tudo isso, propomos o aguçamento do foco por meio da compreensão de fenômenos que, a partida, não fazem parte do *métier* musicológico e, ao mesmo tempo, a inclusão de novos parâmetros investigatórios.

Em nossos trabalhos iniciais sobre a música e seu desenvolvimento, baseados sempre na primeira fase de colonização da região Norte através do protagonismo do Maranhão até meados do século XVIII, não nos foi permitido visualizar os fenômenos ocorridos após essa fase e que imprimiu modelos de fixação das populações à terra, culturas extensivas de pequenas dimensões e, sobretudo, a curiosa característica da construção de um lugar de passagem, o Piauí, em contrapartida ao protagonismo maranhense como lugar-sede, até a segunda metade do período monárquico. A formação recente da vida musical nos dois estados revela esta forte ligação ontológica, tanto em seus aspectos urbanos, quanto no contexto rural.

Entre a escrita e a recepção: situação historiográfica do Meio Norte

A sub-região Meio Norte tem sua localização, de maneira mais geral, no território que compõe a parte ocidental do estado do Piauí e todo o território do estado do Maranhão, é uma das quatro sub-regiões do nordeste brasileiro dentre zona da mata, agreste e sertão, está assentada na Bacia Sedimentar do rio Parnaíba, sendo uma faixa de transição entre a Amazônia e o sertão nordestino. Com uma área de 480 mil quilômetros quadrados, a sub-região abriga as capitais São Luís, fundada em 1612 e a moderna Teresina fundada em 1852, a despeito das recentes reinterpretações acerca da configuração sub-regional adotamos, no âmbito deste trabalho, a feição tradicional, dada a ênfase epistemológica que aqui detém-se na confluência de seus aspectos físicos, econômicos e socioculturais.

Sabemos que ainda há muito a ser estudado a respeito da dinâmica histórica e das diversas tramas que envolvem o desenvolvimento do Meio Norte, isto porque a historiografia tradicional sempre teve dificuldades para lidar com as especificidades dessa imensa região, onde, via de regra, a discussão se dá entre a matriz territorial do Brasil e as imensas e complexas questões que envolvem a conquista, a exploração, o desenvolvimento e, sobretudo, a formação da gente. Podemos acrescentar a estes fatores, a verdadeira encruzilhada que representa a posição geopolítica do Meio Norte, o que fez de si um escoadouro para as experiências de colonização portuguesa e as decorrentes particularidades daí engendradas: ao norte, pela proximidade histórica, Portugal, ao leste toda região Norte; ao oeste, o Nordeste e ao sul, o Centro-Oeste. Neste primeiro caminho ou um itinerário de partida, jogamos ser pertinente aquela posição tomada por Ricouer quando propõe a extração de,

[...] certos problemas cruciais que dizem manifestamente mais respeito à recepção da história do que à sua escrita, para os trazer à luz. As questões em jogo dizem respeito à memória, já não como simples matriz da história, mas como reapropriação do passado histórico por uma memória que a história instruiu e muitas vezes feriu. (RICOUER, 2003, p. 1)

Como partimos da história, como recurso generativo e da vida musical, como testemunho, temos esta tarefa em sua dimensão mais ampla: um ato de política, de tomada de posição diante da emergente condição de se fazer uma história das mentalidades e também, uma história cultural como compromisso de uma abordagem mais alargada, procurando compreender as matrizes estruturais que descrevem as relações entre os agentes deste processo. Como início deste esforço vemos, como estímulo, a proposta de discussão centrada em seu viés historiográfico quando, a partida, estabelecemos como balizas hermenêuticas. Lembremos

Ronaldo Vainfas quando aborda o assunto, chamando a atenção para a necessidade de uma crítica das mutações sociais e, parafraseando Jacques Le Goff, vendo a importância instrumental da abordagem a este nível no contexto de uma análise dos sistemas históricos para uma explicação do seu funcionamento, exigindo do historiador o estabelecimento de relações ressignificantes entre a abordagem das fontes e suas diversas formas interpretativas (OLIVEIRA; CAMPOS, 2015, s/n). No caso em tela, temos em discussão, tentando compreender a vida cultural e seu desenvolvimento, os nexos que unem os estados do Maranhão e do Piauí, as relações culturais que as imbricam e também aquilo que as faz distintas.

O Meio Norte é um produto de uma construção diferenciada, tanto em relação ao Nordeste oriental, como às regiões Sul e Sudeste. Daquela, por estar direcionada ao Norte e a estas, por não fazer parte das dinâmicas condicionadas pela disputas do Atlântico Meridional que expressavam as relações de interdependências entre a América Portuguesa e as possessões afro-lusitanas, em detrimento da região Norte que tinha em sua parte intermédia, fronteira ao nordeste, o centro inicial do poder administrativo e político de uma imensa e inexplorada região cuja economia estava assentada no sistema sub-regional agroexportador tradicional. Podemos inferir, do que diz Luís Felipe de Alencastro (2000, p. 9), quando aborda o surgimento do Estado do Brasil como algo de fora para dentro, ou seja, a partir das políticas que visavam a hegemonia na costa ocidental africana e de todo o Atlântico Sul, a região Norte foi sendo construída como uma reserva garantidora da ocupação fora do eixo político, conturbado e imensamente disputado pelos protagonistas europeus, a despeito das invasões francesa e holandesa no Maranhão no século XVII e das disputas por fronteiras nos séculos seguintes, refletidas nas estratégias lusitanas de divisão do território colonial com a fundação da Vice-Província do Maranhão em 1621. A respeito desta situação Celso Furtado assevera:

No Norte estavam os dois centros autônomos do Maranhão e do Pará. Este último vivia exclusivamente da economia extrativa florestal organizada pelos jesuítas com base na exploração da mão-de-obra indígena. [...] O Maranhão, se bem constituísse um sistema autônomo, articulava-se com a região açucareira através da periferia pecuária. [...] Os três principais centros econômicos – a faixa açucareira, a região mineira e o Maranhão – se interligavam, se se bem que de maneira fluida e imprecisa, através do extenso *hinterland* pecuário. (FURTADO, 2007, p. 138)

Importante lembrar que, quando o Príncipe Regente D. João anexa a capitania do Piauí ao Maranhão, antes pertencida à Bahia, as relações identitárias regionais entre o Maranhão e Piauí, apresentavam em sua especificidade, dinâmicas internas que diziam respeito à natureza de sua biodiversidade e as relações econômicas e sociais que apontavam para uma unicidade geopolítica, o que faz-nos pensar a possibilidade de esta ação ter sido tomada levando em conta essas especificidades. Após a Independência o manutenção de vínculos com a antiga Metrópole, tanto o Maranhão, como o Piauí não explica, *per se*, essa configuração comum entre as antigas províncias, mas faz-nos pensar que havia, por parte de Portugal, a visão clara do aspecto limítrofe deste território e que a pecuária fortalecia o projeto de constituir ali uma forte base de colonização que poderia consolidar o domínio português, mesmo depois de um eventual movimento independentista das províncias mais ao sul. A criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão criada em 1755 é a expressão da visão mercantilista do governo de José I com o olhar atento às transformações do mercado mundial pelos acontecimentos na América do Norte e o advento das têxteis inglesas:

Os dirigentes da Companhia perceberam desde o início que o algodão era o produto tropical cuja procura estava crescendo com mais intensidade, e que o arroz produzido nas colônias inglesas e principalmente consumido no sul da Europa não sofria restrição de nenhum pacto colonial. Os recursos da economia foram assim concentrados na produção desses dois artigos. (FURTADO, 2007, p. 139-140)

Durante todo o período monárquico, aprofundaram-se as relações mútuas e de dependências entre os dois territórios tendo como principal exemplo deste fenômeno a Guerra da Balaiada. As causas mais importantes e o papel político exercido pelo Maranhão e pelo Piauí exacerbam o caráter regional do movimento, como diz Alencastro, “através dele se dá o mapeamento das alianças que permitem a instauração vertical da ordem social dominando a nação” (ALENCASTRO, 1995). Dessa forma, vemos então configurada, a nível nacional, a força subjacente às imbricações de ordem política e institucional levadas pelas duas províncias.

Buscando a compreensão de um espaço comum

Como em La Blache, a construção de uma geografia de face humana que pudesse divulgar o interior da nação, constituindo o povo e unificando a terra, dando forma ao que viria a ser a geografia regional, chamando para o centro das discussões, os espaços e os lugares, de acordo com o emergente nacionalismo na Europa, a tríade conceitual de Braudel baseava-se nas possibilidades trazidas pela visão geo-histórica que levava em conta cortes temporais estruturados sincronicamente e que possibilitavam olhares específicos e articulantes entre segmentações diacrônicas levando-nos a compreender o regional ou o local como modalidades temporais e geográficas que trazem para dentro da exegese histórica o jogo de articulações funcionais entre o nacional e o regional.

A busca pelos elementos que possam traduzir nexos funcionais caracterizadores da sub-região, ou mais especificamente, ao que une a parte ocidental do Piauí ao Maranhão estão refletidos na definição de trabalho investigatório que, para Braudel, inclui o “conceito de tempo, a permanência, a simultaneidade” (REIS, 1996, p. 246). Isso nos leva, neste caso, a esboçar uma trajetória de historicidades e relações geográficas traçando um espaço investigativo que possa identificar tipos de individualidades, especialidades fundadas em uma história comum, as convergências de ordem cultural, social e artística estabelecidos pelos condicionantes econômicos que produziram dois modelos: 1- os aspectos urbanos na porção meio-amazônica tendo como sede São Luís, e 2 - a antiga capital Oeiras e a atual, Teresina.

Interessante abordagem de cunho marxista propõe um olhar às infraestruturas que engendraram a região: os fluxos migratórios e os seus impactos no desenvolvimento de uma economia específica e definidora de interdependências (SANTOS et al., 2017). A busca por parâmetros infraestruturais baseia-se na percepção crítica apoiada no caráter quantitativo (o desenvolvimento percebido) e qualitativo (o desenvolvimento percebido com ênfase nos aspectos processuais) e as imbricações quanto as duas vertentes conceituais, na medida em que os índices de desenvolvimento são instáveis, baseados nas relações de causa entre as demandas objetivas (a economia, porquanto o crescimento econômico, como variante empírica). Em termos gerais, “a linha conceitual que priorizaria aspectos culturais ou naturais e distribuição de renda [...] ou o crescimento econômico” (SANTOS et al., 2017, p. 70) explicaria o “regional” empiricamente, contudo, observa-se que o âmago do fenômeno

é composto de elementos e características que desafiam o observador requerendo olhares transdisciplinares e linhas epistemológicas variadas, tais como os fluxos migratórios e seus reflexos na região. Ainda, segundo estes autores, um meio objetivo e crítico para uma possível configuração sub-regional seria, nomeadamente, configurar os elementos objetivos a partir,

[...] do processo migratório da formação histórica do Meio Norte brasileiro [...] reconstruindo [...] formas pelas quais se constituíram as estruturas e superestruturas de produção capitalista naquele espaço durante os séculos XIX e XX e sua posição na região nordeste. (SANTOS et al., 2017, p. 72)

O conceito de migração, em sua acepção marxista, que remonta também a Durkheim e a Weber, diz que a “migração era analisada como consequência do desenvolvimento do capitalismo, que, por sua vez, dá-se através da industrialização, urbanização e mobilidade populacional” (SASSAKI; ASSIS, 2000, p. 2). Para Singer, a migração é um fenômeno que está alicerçado pela dimensão de classe social que responderia aos processos social, econômico e político e compreendê-la é entender os processos de mudança na dinâmica do desenvolvimento capitalista (apud SANTOS et al., 2017, p. 74), no estudo em tela, procuraremos à luz destes autores, entender os processos de circulação de indivíduos na rede das relações sociais, pois ainda baseado nos estudos referidos acima, a migração pode ser definida como “a mudança de um lugar (território, município, região, estado, país) para outro, com o intuito de estabelecer residência, independente do tempo de permanência no local de destino” (SANTOS et al., 2017, p. 74).

No caso da sub-região Meio Norte, sabemos que sua história baseia-se na ocupação territorial pela agricultura e pecuária, assentada no latifúndio caracterizando a ocupação da terra por formações específicas de duas classes sociais, grandes proprietários e os trabalhadores vinculados a esse processo, propiciando o surgimento de uma superestrutura (esferas jurídica, religiosa, política e cultural), fator preponderante para a consolidação política das duas capitais, São Luís em 1612 e, mais tardiamente, Teresina em 1852. Dessa forma, é preciso entender os fenômenos concorrentes para a formação da sub-região associando os elementos que atuaram e atuam, ainda hoje, de forma funcional para que possamos ter uma compreensão dentro deste quadro, sua expressão e suas especificidades como forma social, as relações de produção que engendraram, à época, uma sociedade dual de classe.

Ao associarmos esses elementos estruturais às dimensões da vida em sociedade (a vida cultural e política) e os condicionantes advindos da estrutura econômica, vemos que há, de fato, uma simetria de relações entre os dois estados e nexos ontológicos que emprestam significâncias reveladoras de congruências e incongruências e, mesmos estas últimas revelam uma proximidade de relações identitárias (SANTOS et al., 2017, p. 74). Por esta via é possível estabelecer uma base consistente de partida, pois, a circulação de indivíduos, seus fluxos e a maneira pela qual estes indivíduos vivem e inter-relacionam-se em suas modalidades culturais se converte em um ponto de partida para o entendimento dos inícios e de como se estruturou a vida cultural e, por extensão, a vida musical.

Para Mairton da Silva, as frequentes mudanças administrativas e de governança da Coroa portuguesa, em relação à região, foram fatores de profundas alterações na vida dos habitantes do Meio Norte correspondente ao que, na virada do século XVIII para o XIX, chamou-se Estado do Grão Pará e Rio Negro e Estado do Maranhão e Piauí. No resumo de sua tese o autor vê que,

Tais mudanças alterariam sobremaneira a vida dos poucos indivíduos desse imenso território e redefiniriam, assim, suas hierarquias e costumes, expan-

dindo os conflitos/negociações à medida que africanos e os mais diversos mestiços, livres e escravizados, e luso-brasileiros – bandeirantes, viajantes, missionários, administradores e comissariados enviados pela Coroa – adentram aqueles sertões e mantinham contatos, amistosos ou não, com os índios locais. (SILVA, 2016, s/n)

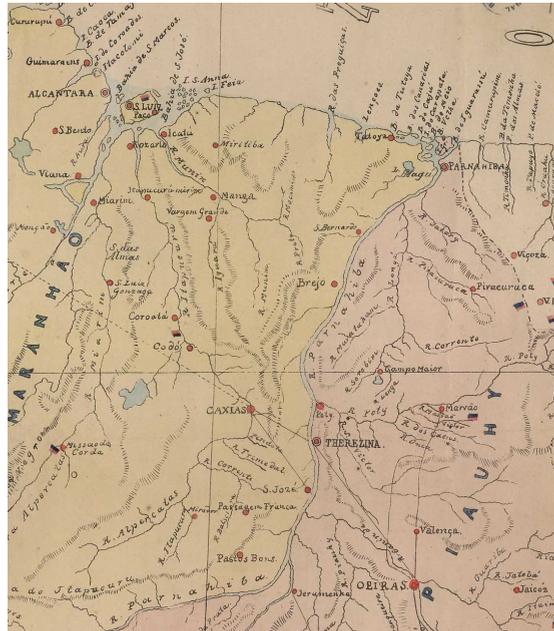
Na conclusão de sua tese doutoral Mairton Silva traça um pequeno, mas importantíssimo itinerário da interiorização do Meio Norte que corresponde aos atuais estados do Maranhão e do Piauí:

[...] a partir do fim do século XVII e inícios do século XVIII, o cenário muda: viagens são empreendidas com frequências pelo rio Amazonas e o rio Trombetas torna-se ponto de contato com a Guiana Holandesa. A busca pelo ouro já havia esgotado todas as regiões possíveis de exploração (Minas Gerais, Goiás, Cuiabá, e Mato Grosso) e as instituições portuguesas fixar-se-iam nos sertões do Piauí com a fundação da cidade de Oeiras. Da faixa litorânea do Grão-Pará, passando pelo Estado do Maranhão e Piauí até a capitania do Ceará, o circuito comercial de exploração das terras do Atlântico Equatorial cada vez mais se inseria à dinâmica mercantilista do Antigo regime. (SILVA, 2016, p. 250)

Silva chega a ver nesse projeto colonial português, como denomina, a completa introdução ao mundo português do Atlântico Equatorial “a melhor representação desse projeto colonial português voltado para o Norte das conquistas, portanto, do Piauí em direção ao Maranhão, Pará, e Rio Negro” (SILVA, 2016, p. 250). Vemos aqui a possibilidade de um caminho que, geograficamente, descreve a construção de uma rede de ações políticas, da ocupação da terra e das conexões que, através dos imperativos econômicos, gerou uma sociedade de feições muito particulares, sobretudo, acrescida do caráter que a miscigenação imprimiu ao norte do Brasil. Seguindo o caminho traçado pelo mesmo autor, podemos observar que em meados do século XIX as cidades do lado maranhense, Caxias, Codó, Viana, Rosário, São Bento, Alcântara e São Luís e, do lado piauiense, Oeiras, Teresina, Paranaíba, Valença, Marvão, Campo Maior, Poty podem ser consideradas, no âmbito de um adensamento populacional, roteiro econômico e de circulação destas populações entre as duas províncias. (Figura 1)

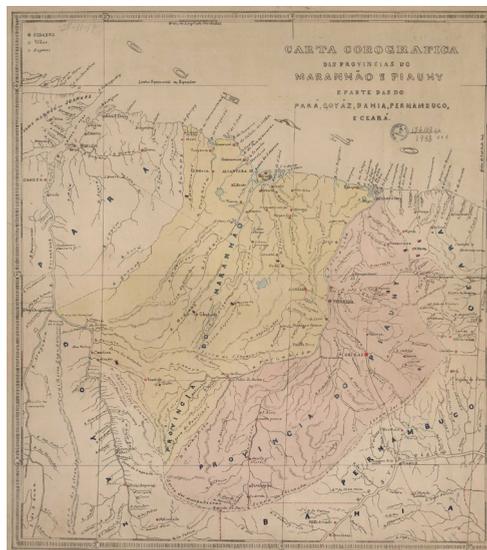
Percebe-se, claramente, que o rio Parnaíba corta exatamente ao meio as duas porções de terra correspondentes aos territórios provinciais. Como apontam vários estudiosos, o Parnaíba tornou-se um catalizador para uma nova frente, em resposta à decadência da posição da antiga capitania do Maranhão em relação às posições da região Norte. Observe-se que na cronologia das datas, em relação ao Piauí, temos dois períodos que coincidem com a formulação geral da política do Brasil Imperial. Vejamos, Oeiras, capital do Piauí em 1759 e, posteriormente, elevada à município em 1761, este lapso temporal corresponde à fase de implementações de políticas do Marquês de Pombal sediadas em Belém, quando da presidência da capitania pelo seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, fechando o interstício, a fundação de Teresina e sua elevação à capital em 1851, correspondendo ao Segundo Império. Pelos estudos que empreendemos de 1992 a 2006, observamos que o fomento à vida cultural nas duas províncias se fortalece exatamente neste período, surgimento da imprensa, aparecimento de teatros etc. Começamos por determinar o lugar central em que se concentram os estudos sobre a configuração de unidades de vivência a partir do século XIX, as primeiras cidades que estruturaram a formação dos estados do Maranhão e do Piauí. (Figura 2)

Figura 1. Recorte da Carta corografica das provincias do Maranhão e Piauí e parte das do Pará, Goyás, Bahia, Pernambuco e Ceará, onde percebe-se uma triangulação entre as cidades de São Luís, Alcântara, Teresina, Oeiras e Parnaíba, dentre outras cidades.



Fonte: BDLB. Disponível em: <<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/31595>>. Acesso em: 30/08/2019

Figura 2. Carta corografica das provincias do Maranhão e Piauí e parte das do Pará, Goyás, Bahia, Pernambuco e Ceará, 1855, 56 x 50cm em f.; 51,5 x 46,5



Fonte: BDLB. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/31595> Acesso em: 30/08/2019

Observamos neste mapa, de 1855, que a representação das duas províncias corresponde a integridade do território maranhense e da parte ocidental do Piauí, ainda sem os correspondentes territórios que à época pertenciam à Bahia e à Pernambuco. Uma simples visualização deste mapa nos remete aonexo histórico que aglutinava estes dois territórios. Percebemos ainda que a parte sul das duas províncias, mais precisamente o Piauí, representa a “passagem” daqueles que transitavam oriundos dos territórios baianos e pernambucanos. A plástica geopolítica impressa à região expressava o interessante fenômeno de estreitamento em direção ao território do Maranhão, com parte dos territórios acima referidos, colando-se às cidades limítrofes onde sua economia e a dinâmica populacional estava intrinsecamente ligada.

Um dos fatores preponderantes e motivadores deste fenômeno começa a se dar ainda no século XVIII quando a inversão de papéis dos dois grupos oligárquicos hegemônicos, as elites urbanas e as elites rurais, a força inicial da elite agroexportadora que representava a hegemonia econômica do interior e que foi amainando-se na medida em que, ao assumir cargos de administração das cidades interioranas, foram abdicando do controle político e hegemônico da capital e, com isso, foi suplantado pelo capital mercantil representado pelos comerciantes do norte maranhense pela preponderância política que tinha.

Concomitante às medidas de incentivo à produção agrícola para exportação, as autoridades metropolitanas estimularam os proprietários assumir os cargos disponíveis na governança das vilas e cidades, deixando o trato das unidades produtivas rurais em mãos de administradores e feitores. Desta forma, a Coroa coíbia a formação dos potentados locais, prevenindo-se contra a autonomia verificada entre os senhores da agroindústria açucareira. (MOTA, 2012, p. 227)

A fase de prosperidade econômica do período colonial finda com o processo da Independência que consideramos chamar de primeiro ciclo econômico da região. Para Antônia Mota, os investimentos em bens rentistas, os gastos com manutenção de moradias decretaram a ruína desta elite local, na medida em que o endividamento com os comerciantes e as execuções promovidas por estes, provocaram a desestruturação das riquezas construídas com a agroexportação, conclui a autora, em relação à mudança de modelo quando da adesão à Independência (MOTA, 2012, p. 227).

Este fato, de suma importância, estabelece as bases da dinâmica econômica e condicionante do modo de implantação de um modelo de vida cidadina (urbana e rural), com a centralização política e econômica das elites urbanas e a decadência da vida rural, gerada, em sua base, pelo centralismo monárquico, a vida cultural interiorana foi ditada pelo esforço de reprodução daquilo que se fazia na capital que, por sua vez, tentava reproduzir a vida cultural da Capital da Corte, o Rio de Janeiro. Esta situação nem sempre aconteceu desta forma, podemos considerar que, pela aproximação de São Luís com Lisboa e o papel exercido sobre Teresina, este comportamento marcou sua inserção ao Brasil. Após a Independência, reintegra-se à repartição do Estado do Brasil de forma efetiva, acontecendo um rápido ajustamento em que desaparecem alguns fatores de diferenciação em relação às restantes regiões do Império, tais como, o novo olhar agora direcionado à Corte brasileira.

Ao final desse período, nos inícios do século XIX, o modelo corresponderia a uma nova fase de interações socioeconômicas. Os reflexos para a vida cultural foram imensos e radicais, uma nova concepção de arte surgiu, correspondendo às novas demandas do Império, deslocando-se da esfera religiosa ou católica para o espaço de fruição burguês modificando, sobremaneira, as formas estéticas através de uma nova rede de situações. Chega-se ao modelo de arte assentada nos teatros, locais de concerto (e aqui não utilizamos o termo “sala

de concerto”, por acreditarmos que, quando o teatro não cumpria este papel, a modulação existente se orientava pela ocupação das igrejas, casas abastadas e, mais tarde, as sociedades artísticas), não havendo, como em centros mais estáveis e ricos, uma designação específica para os espaços burgueses de arte, principalmente, a música.

Ao concluirmos este capítulo percebemos que:

1. Os condicionantes históricos de cunho administrativo engendraram formas específicas e pouco usuais no trato com a terra e seu povo, no caso específico do Maranhão e Piauí, a separação ou a distância entre as duas unidades geopolíticas, apesar de terem fronteiras comuns, só deixaram de existir a partir de uma mudança brusca de interesses regionais aproximando-as, passando a exigir um olhar quase comum da Metrópole;
2. É possível destacar, a partir das trocas comerciais e agroindustriais operadas entre os dois estados e promovidas, sobretudo, pelo rio Paranaíba, um jogo de interdependências formando um triângulo entre as cidades de São Luís e Alcântara, Paranaíba e Oeiras e Teresina, promovendo um adensamento populacional e econômico-social;
3. Foi possível inferir, a partir dos estudos de Antônia Mota, que através da dinâmica oligárquica, já nos finais do século XVIII e inícios do século XIX, operou-se o enfraquecimento das famílias interioranas agroexportadoras em relação as dos centros urbanos comerciantes e rentistas, tanto no Maranhão, como no Piauí, resultando em uma vida voltada às capitais. Neste contexto, a fundação de Teresina representa importante quebra deste modelo, por ser capital e estar no interior da província, promovendo uma ruptura com o sistema de pendências e dependências com a velha capital maranhense;
4. O que se depreende desta análise é a constituição de uma base epistemológica para uma justificação historiográfica do aparecimento de condições para o surgimento de vida cultural laica, cidadina, bem diferente das induções provocadas pela presença da Igreja no contexto do esforço colonial.

***T*empo Territorializante: A perspectiva da ocupação pelos ciclos migratórios**

Partindo do conceito que tem origem nas escolas antropológicas e biológicas, territorialização refere-se às formas de organização e reorganização social, modos distintos de percepção, ordenamento e reordenamento relacionadas ao espaço, envolvendo a formação de unidades socioculturais através do estabelecimento de uma certa e instável identidade. Estariam também na base da constituição do processo os condicionantes que envolveriam formas específicas de ordenação política, sua relação com o controle social sobre os recursos ambientais e, como substrato, a reelaboração da cultura e sua relação com o passado.

Segundo Milton Santos, uma das mais importantes formas de conferir concretude a uma determinada região é buscar a compreensão de uma estrutura interna “através das diversas articulações concretas que regem a sua existência, seu funcionamento e sua estrutura” (SANTOS, 1988 p. 52).

Tendo estes pressupostos como fundamento vemos que, historicamente, o aspecto que mais configura, aqui, o processo territorializante são as migrações que, ao comporem um espaço de interações com ambiente, confere-os sentido pela fixação de populações que

reenquadram, recriam e readéquam os lugares, importando neste ponto de nossa abordagem, os aspectos processuais. No início do processo de migrações para o atual Maranhão, parte da leva de retirantes iam-se ficando pelo trajeto, produzindo uma intrincada rede de povoados e, com isso, produzindo um novo desenho à região. Por outro lado, Márcia Milena Ferreira, ao citar o trabalho de Maria do Socorro Coelho Cabral (FERREIRA, 2011, p. 5), lembra-nos que o processo de ocupação do Maranhão se deu a partir de duas frentes: a primeira, correspondente a fase litorânea nos inícios do século XVII e coordenada pela Coroa portuguesa, pelos jesuítas e particulares nas áreas que corresponde a porção norte do Maranhão, e que se caracterizavam pela agricultura de subsistência e a agroexportação. A outra frente, já no século XVIII, caracterizava-se pela ocupação pastoril por particulares seguindo o “caminho do gado” percorrendo o interior da Bahia e do Piauí chegando ao sudeste maranhense (CABRAL, 1992 *apud* FERREIRA, 2011, p. 5).

Por este caminho, podemos traçar o jogo entre as estruturas e o aparecimento de ordenamentos legais fomentadores de uma vida em sociedade, o aparecimento local de uma superestrutura ainda rudimentar, aliada a este movimento. Estamos, assim, muito além do conceito geo-histórico de frente de expansão. O processo de ocupação do estado do Piauí ocidental se deu de forma espontânea, através dos fluxos migratórios, por um período de mais de trezentos anos, isso traz um importante aspecto de diferenciação do processor colonizador em relação ao Maranhão, porque neste estado havia uma política de implantação governativa que introduziu sua estrutura administrativa, urbana e social. Segundo Dimitri Fazito,

Em linhas gerais, pode-se dizer que um sistema de migração se define pela associação e sobreposição de diferentes redes migratórias: especificamente, “redes de fluxos” e “redes sociais”. Enquanto na rede de fluxos representa a estrutura topológica bruta e abstrata de um sistema, a rede social representa a topologia sensível e correspondente ao contexto histórico-social do qual faz parte. (FAZITO, s/d, p. 97-98)

Podemos depreender desta asserção que os movimentos migratórios, a que nos referimos, estão dentro um quadro mais abrangente das chamadas migrações inter-regionais, o fenômeno que se dá entre o Maranhão e o Piauí, decorrência de algo mais amplo; essas migrações formaram um quadro regional de desenvolvimento que repercutiram de maneira muito peculiar nesses dois estados.

Um outro aspecto a ser levado em conta, decorre da teoria das “cidades-beira”. Fruto dos percursos formados passo-a-passo pelo processo de movimentação das populações migrantes dentro de uma determinada geografia territorial, social e econômica seria, segundo o autor, o esforço em “caracterizar e estabelecer em que medida, por exemplo, as formas do relevo do solo de um rio ou de um lago participaram do desempenho do lugar” (GANDARA, 2013 p. 2).

O autor complementa o seu raciocínio explicando que por meio das margens dos rios seria possível entender e analisar as “transformações dadas à evolução do sítio físico por elementos como ruas, estradas, rodovias etc” (GANDARA, 2013 p. 2). De fato, sabemos que a integração do território do Meio Norte se deu, sobretudo, pela evolução das populações e a integração em rede que foram fortalecendo laços de pendências entre os aglomerados urbanos, promovendo circularidades ao nível estrutural e cultural. As cidades-beira seriam,

[...] o elemento definidor na história de constituição dos inúmeros povoados à beira-rio. Ela tem uma função sempre ligada à possibilidade de contato e de circulação. Por isso há uma relação importante entre rios (água) e estradas na

constituição das cidades. Ambos são meios de circulação que proporcionam contatos. Proporciona o acesso, a concentração, a condensação, enfim, o crescimento demográfico, o ir e vir. (GANDARA, 2013, p.1)

Observamos no primeiro censo realizado no Brasil, em 1872 a seguinte situação populacional para as províncias do Maranhão e Piauí. (Quadro 1). Em um segundo quadro temos as relações percentuais da população dos estados do Maranhão e do Piauí com um recorte feito por nós para os anos de 1872, 1890 e 1900. (Quadro 2)

Quadro 1. População dos estados do Maranhão e do Piauí, 1872/1950

| UF | 1872 | 1890 | 1900 | 1920 | 1940 | 1950 |
|----|---------|---------|---------|---------|-----------|-----------|
| MA | 359.040 | 430,854 | 499.308 | 874.337 | 1.235.169 | 1.583.248 |
| PI | 202.222 | 267.609 | 334.328 | 609.003 | 817.601 | 1.045.696 |

Fonte: (SANTOS et al., 2017, p. 78)

Quadro 2. Distribuição percentual da população dos estados do Maranhão e do Piauí em relação ao Brasil, 1872/1950

| UF | 1872 | 1890 | 1900 |
|----|------|------|------|
| MA | 3,62 | 3,01 | 2,86 |
| PI | 2,04 | 1,87 | 1,92 |

Fonte: (SANTOS et al., 2017, p. 79)

Depreende-se da observação deste segundo quadro que, ao nível inter-regional, começava a haver uma contração dos fluxos migratórios, o que pode nos levar a crer em uma intensificação da dinâmica intrarregional, ou seja, na fixação das populações envolvidas neste processo.

Em termos numéricos e neste primeiro censo realizado no Brasil à época do Império percebemos que, em um espaço de dezoito anos (1872 – 1890), houve no Maranhão um crescimento exponencial da população de 71.814 pessoas ou cerca de 20% a mais, já no Piauí a diferença foi de 65.387, cerca de 30%, o que pode representar a ascendência observada nos movimentos dos anos posteriores indicando que o projeto modernizador de interiorização da administração dessas províncias surtiu resultados na fixação de migrantes.

Tempo Território: A construção de uma matriz geo-histórica

Podemos definir o tempo território pelo conceito de ambiente utilizado por Deleuze e Guattari quando afirmam que “*o ambiente é maior que a origem, que o presente possui tudo que a origem finge revelar*” (2017, p. 5). Para o historiador, a origem ou as origens designam a condição inicial de uma ação ou algo no tempo e no espaço, objetos da construção histórica. Aqui, conferimos instabilidade ao conceito, através da filosofia e sua atuação essencial e ontológica no mundo real, pois dessa forma, acredita-se ser possível conferir concretude ao devir histórico pela visão centrada na superação da “essência” pela “superfície”.

No caso em tela, as configurações históricas que engendram as particularidades do início da colonização e seus desdobramentos criam condições para uma proto-história relativa à singularidade de construção deste espaço particular, gerando possibilidades interpretativas, alternativas para a compreensão dos vínculos institucionais, jurídicos, políticos, sociais e culturais. Uma determinada região pode ser pensada, tanto como espaço físico, ambiental e material, quanto um espaço imaginário, simbólico e ideológico. A esse nível, o caráter qualitativo da investigação prende-se à necessidade do estudo de procedimentos científicos no âmbito de uma exegese histórica, com rico manancial de fontes e que se prende à observação das várias concepções de recorte temporal. A circulação de bens das próprias populações que ali habitam e as informações geradas a partir das superações cotidianas no desafio de viver em dada localidade, determinam os aspectos imateriais que tem como base *“uma intrincada matriz material que suporta e hierarquiza estes vetores cinéticos. O território se organiza, do ponto de vista produtivo, polarizado por esses grandes eixos infraestruturais de fluidez”* (RIBEIRO, 2008, p. 10). Como vemos, são muitos e fundamentais os papéis desempenhados pela relação entre os que habitam a terra e a forma pela qual se moldam aos imperativos ditados pelas estratégias de exploração. Monié assevera:

[...] a localização das atividades não é mais tributária do desempenho meramente técnico dos transportes e sim da capacidade de elaborar uma verdadeira logística territorial mobilizando os recursos econômicos, sociais, políticos localizados, a serviço das redes materiais e imateriais que qualificam a competitividade regional. (MONIÉ, 2001 *apud* RIBEIRO, 2008, p. 10)

Tais redes ou “estruturas logísticas” seriam condições essenciais para *“o desenho do território, construindo-se sob um sistema de relações pautado em uma rede de cidades, integração horizontal das cadeias de abastecimento e consumo”* (RIBEIRO, 2008, p. 13). É o que, a nosso ver, ocorre em relação ao rio Parnaíba na configuração de uma área de desenvolvimento comum entre os estados do Maranhão e Piauí. Poderíamos até falar de uma rede comum assentada na logística de produção, escoamento e consumo dos bens ali produzidos. O norte do Maranhão e do Piauí, representado pelas cidades de Alcântara, São Luís e Parnaíba interligavam-se ao sul, com as cidades de Oeiras e, mais tarde Teresina, pela intermediação da Baixada maranhense, perfazendo um itinerário mediado pelo rio Parnaíba e, portanto, configurando um prototerritório, palco dos primeiros esboços de vida social do Meio Norte. Nos dois esquemas abaixo vemos a representação: 1) Arranjo regional, a partir dos principais centros formando um triângulo cortado pelo rio Parnaíba, e 2) Demonstração aproximada das cidades periféricas que perfazem as regiões litorânea e sub-litorânea (Baixada maranhense e Bacia do Parnaíba). (Figuras 1 e 2)

Uma possibilidade que reforça este ponto de vista é o fato de que a confluência dos rios Itapecuru e Mearim fazendo uma segunda e terceira camada a partir do rio Parnaíba, configura um território bem delineado e circunscrito, fazendo com que as condições de povoamento se desenvolvessem mais a oeste.

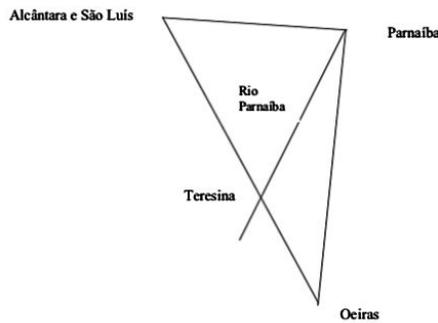
Tempus ludus: Esquissos de vida cultural no Meio Norte nos séculos XVIII e XIX

O surgimento de uma vida institucional e cultural, particularmente no Meio Norte, está intimamente ligada às condições criadas por uma estrutura que se configura no tempo, de forma generalizada, e que vai se efetivando, concretamente, na medida em

que aquelas estruturas internas regionais criam condições de dialogar ao nível material no plano formal e informal.

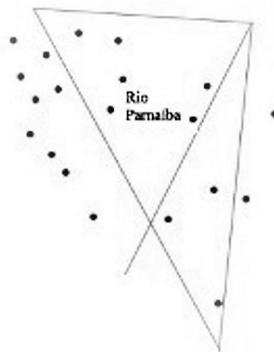
Podemos sugerir que o aparecimento de um espaço burguês de fruição artístico-cultural nos oitocentos está inserido no processo semelhante à curialização observada por Elias, na virada do feudalismo à formação de uma sociedade de corte na Europa, ou seja, no caso do Brasil, o ambiente se dava pela convergência entre a Monarquia e a Igreja, esta última, com a diminuição de seu poder com o embate pela questão do Padroado, viu-se numa posição de subalternidade, convergindo para a esfera do poder imperial. Os reflexos na vida burguesa em formação, refletida na construção de um gosto mais cosmopolita, ora voltado à Corte carioca, ora copiando modelos de outros centros, pode explicar o repertório musical sacro, de cariz operístico, das igrejas oitocentistas em todo Brasil no Segundo Império. Vale notar que nas províncias mais distantes, como no caso maranhense, a igreja se convertia em espaço de fruição musical pela alta concorrência dos poucos teatros existentes.

Figura 3. Triangulação formada pelas principais cidades, tendo-se por base o rio Parnaíba.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 4. Localidades aproximadas das cidades (as mais relevantes) que compõem a Baixada Maranhense e a Bacia do rio Parnaíba. No Maranhão: São Bento, Viana, Mearim, Rosário, Icatu, Miritiba, Itapecuru-Mirim, Vargem Grande, Manga, São Luís Gonzaga, Coroatá, Codó, Caxias, Monção, São Bernardo, Brejo, São José, Pastos, Bons, Bom Jardim. No Piauí: Piracuruca, Viçosa, Vila Nova, Campo Maior, Marvão, Poty, São Felix, Santa Roza, Mato Grosso de Baleias, Buriti, Grandes Flores, Paranaguá e Jaicós.



Fonte: Elaborado pelo autor.

No Maranhão, por representar a face historicamente mais antiga, vemos que a perda de poder do empresariado interiorano, com a conseqüente subordinação econômica à capital, traz um reordenamento de forças que incide em um rearranjo dos espaços sociais e das manifestações de poder e sociabilidade. O resultado desses embates redesenhou um cenário social que cultivou as artes e a cultura no esteio de uma dinâmica que caracterizou o local (a faixa que corta toda a sub-região representada pelo rio Parnaíba) como “lugares funcionais do todo”, pois que, “as mudanças funcionais conduzem geralmente a que os limites historicamente reais de cada subespaços estejam sempre mudando” (SANTOS, 2014, p. 92). Os novos arranjos sociais e políticos, que reproduzem as relações sociais, renovam-se a cada fase nova de necessidades emergentes.

No Piauí, no século XVIII, essa realidade está explícita nos esboços de vida cultural em um território em formação. Com pouco adensamento populacional e um quadro de instabilidades, quanto a sede da administração política entre Parnaíba e Oeiras, estendendo-se ao século XIX encontramos, pelo menos no caso da música, sua reprodução em contexto senhorial e eclesiástico bem diferente do que tínhamos no Maranhão.

Em relação ao Maranhão, os testemunhos são bem mais fartos. Antiga cabeça da administração colonial de uma vasta região a leste e a oeste, logo cedo possui uma estrutura de vida urbana com todos os aparelhos institucionais, já no século XVIII, sendo o papel da Igreja muito peculiar, ora de ordenação eclesiástica, ora de intervenção temporal e governativa. A pujança musical da igreja maranhense constante da Coleção Musical João Mohana do Arquivo Público do Estado do Maranhão é a expressão dessa realidade, com cerca de três mil documentos musicografados.

Sobre o papel dos inicianos na região, podemos destacar que, ao mesmo tempo em que estavam intrinsecamente atrelados às políticas colonizadoras, contribuíram muito para o imobilismo da sociedade através do centralismo administrativo quando alçados à governança neste período. Este fato tem grande importância, pois associado a continuidade do lugar de proeminência das elites coloniais, como dirigentes após a Independência, não possibilitou a formação de uma nova classe intermediária que pudesse representar uma massa inicial de consumidores, inclusive de arte, como foi o caso das cidades mineiras já no século XVIII, que encomendavam e compravam música em pregão público, para citar um exemplo.

Como descreve Antônia Mota, a ostentação que cercava a vida das grandes famílias maranhenses dos setecentos contrastava com a precariedade dos moradores de uma sociedade escravista nos séculos XVIII e XIX (SANTOS, 2014, p. 229). O encastelamento daquela elite em sua própria cultura, percebido pela autora, irá se dispersar horizontalmente em uma sociedade mais ampla após a Independência, mas a primeira fase de crescimento econômico se finda com o aparecimento de um novo modelo econômico.

Conclusão: Tempo Desterritorializante - Cosmopolitismo, mudança e identidade

Será, de fato, no campo da construção das identidades locais, dentro da dinâmica sub-regional, que iremos entender o jogo diferenciador refletido no interesse local, na identidade própria que expressa o momento crucial de distinção entre os dois estados. Propomos, assim, entendermos o fenômeno dentro do que Deleuze chamou de desterritorialização.

O termo desterritorialização é definido como uma quebra de vínculos, uma perda de território, mas também indica uma perda de controle das territorialidades pessoais e coletivas, uma perda de acesso a territórios econômicos e também simbólicos.

Buscamos, assim, dar corpo à percepção teórica que tenta explicar, em primeiro plano, o processo de desmembramento ou separação dos atuais estados do Piauí e do Maranhão, apontando suas respectivas especificidades.

Em relação ao período monárquico, reconhecemos uma ausência de políticas específicas para a região, ficando o Meio Norte à mercê de uma indefinição administrativa que se agravou na virada do regime monárquico ao republicano.

Ao nível cultural, podemos partir, como tese inicial, para o processo de cisão entre os dois estados, atentando para as diferenciações identitárias musicais já no século XX, o exame dos projetos nacionalizantes em que, através da valorização do sentimento de identificação política e cultural, no âmbito das habitações e das convivências, de forma abstrata e puramente ideológica, sublevaram-se tais iniciativas à condição de entidade política. Esse processo, de maneira geral, está assentado na defesa de um determinado “território” definido por fronteiras terrestres, no campo meramente físico e linguístico, artístico, cultural, atuando contra forças hegemônicas que ameaçam a sua integralidade, no caso, a hegemonia política e cultural do centro-sul do Brasil.

A questão inicial que colocamos é o estabelecimento dos fatores e dos respectivos motivantes que podem ser considerados fundamentais para o processo de construção de identidades próprias a cada estado e suas populações ao nível cultural.

Neste caso particular, consideramos o processo desterritorializante como aquele em que Maranhão e Piauí se deslocam, não em sentido opostos, mas no âmbito dos processos históricos que os construíram. A formação de condições suficientemente sólidas para o aparecimento de uma vida cultural razoavelmente estabelecida foi o reflexo das condições materiais, sobretudo, econômicas, o processo industrial iniciado nas décadas de sessenta e setenta já no século XX, tanto no Maranhão, como no Piauí, e que propiciaram o aparecimento de uma média burguesia, ela própria, segundo suas próprias condições, consumidora e produtora de vida cultural.

Se em todas as instâncias de suas vidas, São Luís e Teresina vão se distanciando em suas próprias trajetórias, também observamos que, entre os dois estados, aquele processo que as aproximou e que até aos dias de hoje foi o mesmo que as marcou com distinções próprias, caminhos diversos, é bem representativo no cenário cultural brasileiro. O processo é bem conhecido, em um primeiro momento, a procura por motivos baseados na cultura popular, diferenciadores e, em seguida, a mescla de elementos populares com outros traços cosmopolitas criando uma espécie de “matriz de caráter geral” onde o particular se expressa como essência, base ou fundo.

Fenômeno parecido é o deslocamento do bumba meu boi maranhense ao Piauí. Sabemos que o folguedo tem origem na intensa migração de casais açorianos feita pelo governo português desde 1619 à época da colonização do Maranhão, anterior à anexação do Piauí, portanto, a presença do folguedo em terras piauienses se deu pela aproximação entre os dois estados, tanto ao nível cultural, quanto ao socioeconômico. Insistimos neste fenômeno, porque tais movimentos podem demonstrar que a desterritorialização não é um processo estático e unívoco, mas um jogo de tensões multifacetadas ditado por forças que expressam movimentos que, ora se afastam pela estabelecimento de uma cultura própria de uma expressão local, ora convergem pela força reguladora de tradições que, ao se modificarem, estabelecem outras vias expressivas:

[...] reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase obrigatória. É o contraste entre as constantes inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social que torna a “invenção da tradição” um assunto tão interessante para os estudiosos da história contemporânea. (HOBSBAWM, 2018, p. 8)

Podemos afirmar que, em relação ao surgimento de uma cultura urbana, baseada e idealizada a partir de subjetividades sobre um arcabouço de memórias, imagens e simbolismos, temos um claro processo de reinvenção de tradições e, a este nível, estabelece-se diferenciações de fundo efetivando distanciamentos, singularidades e protagonismos.

No caso das forças folclóricas, para-folclóricas e populares, temos formas de tensões em oposição ao “inventado” que tentam através de uma modalidade de tradição subverter o moderno, mas, implementando outras qualidades, podem estabelecer novas tradições.

Acreditamos que são estes elementos definidores de novos cenários que incluem muitas modalidades de atuação artística, produção cultural e que fazem, não só da periferia, mas da sociedade em geral, um verdadeiro laboratório de experiências, formas novas de interação comunicativa e projetam a cultura local como cultura cosmopolita.

Referências

- ALENCASTRO, L. F. de *O Trato do Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. Era uma vez no Maranhão. *Jornal Folha de São Paulo Online*, São Paulo, 01/05/1995. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/5/01/caderno_especial/20.html. Acesso: 05/06/2019.
- BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar. 1999. p. 9
- BIBLIOTECA DIGITAL LUSO-BRASILEIRA. *Carta corografica das provincias do Maranhão e Piauhy e parte das do Pará, Goyás, Bahia, Pernambuco e Ceará*. Disponível em: <<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/31595> > Acesso em: 30/08/2019.
- CABRAL, M. do S. C. *Caminhos do gado*. São Luís: Sioge, 1992.
- FAZITO, D. Análise de redes sociais e migração. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 25 nº 72. p. 89-176. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269092010000100007&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 26/09/2019.
- FERREIRA, M. M. G. Migrações de nordestinos para o Médio Mearim-MA (1930-1960): literatura regional e narrativas orais. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. [34ª ed.] p. 138-140
- GANDARA, G. S. Cidades-beira: raízes urbanas e suas relações com o ambiente/natureza. In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social – ANPUH*. Brasil, Natal – RN 22 a 26 de julho 2013. n.p. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364604463_ARQUIVO_TextoANPUH2013.pdf Acesso: 24/08/2019.
- HOBSBAWM, E. *A invenção das tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Paz e terra, 2018. [12ª Ed.] p. 8
- MONIÉ, F. Logística do transporte, modernização portuária inserção competitiva do Rio de Janeiro na economia global. *Revista Território*. Rio de Janeiro, nº. 10, Ano VI, 2001, p. 9-31
- MOTA, A. da S. *As famílias principais, redes de poder no Maranhão colonial* São Luís: Edufma, 2012. p. 227-229
- OLIVEIRA, K. de; CAMPOS, G. M. A História das Mentalidades: Trajetória, Controvérsias e Perspectivas para a Contemporaneidade. In: *I Seminário Científico da FACIG – 29*,

- 30 e 31 de Outubro de 2015. n.p. Disponível em: <http://pensaracademico.facig.edu.br/index.php/semiarociologico/article/view/291/258> Acesso: 24/08/2019.
- REIS, J. C. O conceito de tempo histórico em Ricouer, Koselleck e “Annales”: uma articulação possível. *Síntese Nova Fase*, Belo Horizonte, v. 23, n. 73, 1996. p. 229-252
- RIBEIRO, E. G. Sobre a construção do tempo e espaço metropolitanos: por um urbanismo das infra-estruturas. Trabalho Final de Graduação. Orientador Alexandre Delijaicov. Julho, 2008.
- RICOUER, P. *A Memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.
- SANTOS, E. et al. Migrações internas e desenvolvimento regional no Meio Norte brasileiro, *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, v. 5, n. 1, 2017. p. 69-92.
- SANTOS, M. *Espaço e Método*. Uma palavrinha a mais sobre a natureza do conceito de espaço. São Paulo: Nobel, 1988. Disponível em: https://www.academia.edu/35216065/ESPAÇO_and_METÓDO_UMA_PALAVRINHA_A MAIS SOBRE A NATUREZA E O CONCEITO DE ESPAÇO Acesso em: 29 ago 2019.
- SANTOS, M. *Espaço e Método* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, 5. ed., 2014. p. 92
- SASSAKI, E.; ASSIS, G. de O. Teoria das Migrações Internas. In: *XII Encontro Nacional da ABEP 2000*. Caxambu, outubro de 2000. GT de Migração Sessão 3 – A migração internacional no final do século. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/969/934> Acesso: 03/05/2019.
- SILVA, M. Celestino. Um caminho para o Estado do Brasil: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e do Piauí, 1600-1800, Tese de Doutorado, UFPE, Recife, Brasil, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/24531?mode=full> Acesso: 07/05/2019.
- SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, Hélio (Coord.). *Migração Interna. Textos Selecionados*, tomo I, Fortaleza: Banco do Nordeste, 1980.
- TRINDADE, R. Deleuze – o que é filosofia? *Razão Inadequada*, 2017. Disponível em: <https://razaoinadequada.com/2017/11/15/deleuze-o-que-e-geofilosofia/> Acesso: 10/11/2019.